


TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza



Iracema Guardiã

Trabalho 2280 - 1/3

A TRAJETÓRIA DA PARTURIENTE EM BUSCA DE UM LUGAR PARA PARIR EM MACEIÓ

Souza, Diego de Oliveira¹

Costa, Teresinha de Jesus Gomes²

A literatura relata que a trajetória percorrida pelas parturientes torna-se freqüentemente uma peregrinação, ou seja, elas buscam vaga por mais de uma maternidade para conseguir assistência ao parto, tal fato resulta em conseqüências sérias para a saúde da mulher e do recém-nato, contribuindo para o aumento dos índices de morbi-mortalidade materna e infantil⁽¹⁾. Todavia, existem poucos estudos que mostrem conclusões com validade científica sobre o assunto, MENEZES et al.⁽²⁾ e GOLDMAN & BARROS⁽³⁾ estão entre os poucos que investigaram o acesso das parturientes aos serviços de saúde, e constataram a ocorrência da peregrinação anteparto, nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Desse modo, o estudo objetivou descrever a trajetória da parturiente em busca de um lugar para parir em Maceió, e comparar se esta trajetória ocorreu como o estabelecido na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa de Humanização do Pré - natal e Nascimento (PHPN). Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa de natureza descritiva, a pesquisa ocorreu no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA) e como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário de perguntas fechadas, aplicado numa amostra de 262 puérperas, internas no HUPAA nos meses de junho, julho e agosto de 2008, por possuírem condições de descreverem a recente trajetória percorrida enquanto parturientes. Salienta-se que foram respeitados todos os aspectos éticos, e o tratamento dos resultados ocorreu utilizando-se a estatística básica. Os principais resultados mostram que houve um grande número de parturientes abaixo de 20 anos de idade, ou seja, mulheres adolescentes, e sabe-se que a gravidez nesta idade é fator de risco numa gestação, além de um grave problema social brasileiro, que apesar de ser um dos principais alvos das políticas sociais e de saúde pública, mostra-se, ainda,

¹ Enfermeiro. Especialista em Enfermagem do Trabalho. Email: dieguinho.oliveira@yahoo.com.br

² Enfermeira. Mestre em Administração. Professora Assistente da Escola de Enfermagem e Farmácia (ESENFA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza**Trabalho 2280 - 2/3**

com indicadores insatisfatórios, como a taxa de 20% de gravidez na adolescência no Brasil⁽⁴⁾, e de 26,72% em Alagoas⁽⁴⁾. Além disso, 48% das mulheres percorreram mais de um hospital para conseguir vaga, ou seja, perigrinaram durante o anteparto, revelando que o princípio de universalização do SUS não foi aplicado, além de contradizer o texto do PHPN. Observou-se que a maioria das peregrinas era oriunda do interior do estado (52,4%), este fato mostra a maior propensão destas, em peregrinarem, conflitando o princípio de equidade do SUS, já que quem mora em Maceió revelou-se privilegiada para acessar um lugar onde parir. Notou-se ainda, que apesar do HUPAA ser hospital destinado essencialmente ao atendimento de partos de alto risco, a grande maioria foi de baixo risco (80,95%), este dado revela que a hierarquização da assistência encontra-se incipiente em Alagoas, bem como a regionalização, já que, entre as parturientes de baixo risco, 71,4% residiam no interior. Sabe-se que no Brasil, 82% dos estabelecimentos de atendimento ao parto estão localizados nas cidades do interior, onde ocorrem 60,6% dos nascimentos, há uma grande quantidade de estabelecimentos de saúde de pequeno porte, no entanto, a péssima performance deve-se aos serviços muito mal equipados para atender minimamente às demandas da clientela, tanto da perspectiva da estrutura física e dos equipamentos quanto de pessoal técnico qualificado⁽⁵⁾. Por conseguinte, esse alto índice de grávidas oriundas do interior de Alagoas, que acabaram parindo em Maceió, revela que os serviços de atenção à saúde materna nessas cidades, não possuem resolubilidade, um dos princípios organizacionais do SUS, como também não atendem à municipalização da saúde, acordada pelas três esferas do governo, como determina a Norma Operacional da Assistência de Saúde - NOAS 01/02. Tal fato resulta numa demanda, para Maceió, bem maior do que a mesma está preparada para atender, já que deveria receber de outras cidades, essencialmente, parturientes com risco gestacional, gerando a superutilização e superlotação das maternidades de alta complexidade, e somada a má distribuição dos leitos obstétricos e falta de leitos neonatais, parecem ser decididamente, os determinantes para a peregrinação anteparto. Por fim, constatou-se a existência da peregrinação anteparto em Maceió, e existiu o conflito aos princípios do SUS e do PHPN. Os serviços de saúde mostraram-se desestruturados e desarticulados em Maceió e principalmente no interior, as ações estão fragmentadas

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL07 a 10 de Dezembro 2009
Centro de Convenções do Ceará
Fortaleza

Iracema Gardã



Trabalho 2280 - 3/3

provavelmente desde a atenção pré-natal. Dessa forma, propõe-se que os gestores do SUS empenhem esforços para articular as ações de atenção ao ciclo gravídico- puerperal, capacitando os profissionais para orientar as gestantes, por em prática os princípios do PHPN, com ações que estabeleçam claramente desde o início do acompanhamento o local onde a mulher irá parir, além de criar também um sistema de referência e contra-referência verdadeiramente efetivo e humanizado. Sugere-se ainda, que se deve aumentar e melhorar os serviços obstétricos nos municípios do interior, a fim de desafogar os da capital, além de aumentar a oferta de leitos neonatais em todo estado, e de ambulâncias devidamente equipadas. Além disso, seria interessante a elaboração de novos estudos que revelassem com maiores detalhes os fatores de risco para a peregrinação anteparto, as consequências disto na saúde das parturientes e seus sentimentos durante a trajetória. Por tanto, o estudo alcançou os objetivos propostos, revelando um sistema de saúde pública ainda frágil - mesmo porque se encontra em processo de construção - e que deixa as suas usuárias sem atendimento adequado a mercê de trágicos desfechos.

Descritores: Sistema Único de Saúde, Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento, Parturição.

Referências:

1. Ministério da Saúde (BR). Urgências e Emergências Maternas: guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna. 2ª ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2000.
2. Menezes DCS, Leite CI, Schramm JMA, Leal MC, et al. Avaliação da peregrinação anteparto numa amostra de puérperas no Município do Rio de Janeiro, Brasil, 1999/2001. Cad Saúde Pública 2006; 22(3):553-9.
3. Barros SMO, Goldman REO. Acesso às Maternidades Públicas no Município de São Paulo: Procedimentos no Pronto-Atendimento Obstétrico e Opinião das Mulheres Sobre Esta Assistência. Act Paul Enf 2003; 16(04):9-17.
4. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão (BR). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 1999. [citado em 9 ago 2008]. Disponível em: URL: <http://www.ibge.gov.br/home/ams99>.
5. Leal MC, Viacava F. Especial Dados: Maternidades do Brasil. RADIS 2002; 2:8-26.